PARTE D

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Aviso n.º 3290/2009

1 — Nos termos do disposto no artigo 77.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, e do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que foi afixada a lista de antiguidade dos funcionários das carreiras do regime geral do quadro de pessoal do Supremo Tribunal Administrativo, reportada a 31 de Dezembro de 2008.

2 — A referida lista encontra-se afixada para consulta na portaria do Supremo Tribunal Administrativo, sito na Rua de São Pedro de Alcântara, 73, r/c, em Lisboa.

3 — Nos termos do artigo 78.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça e do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, o prazo de reclamação da lista é de 30 dias consecutivos contados da data da publicação do presente aviso.

30 de Janeiro de 2009. — O Administrador, *Rogério Paulo Martins Pereira.*

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO

Despacho n.º 4779/2009

Ao abrigo do Despacho do Sr. Secretário de Estado da Administração Judiciária, de 14 de Janeiro de 2005 e nos termos do artigo 54.º, n.os 1, alínea *b*), e 3, do Estatuto dos Funcionários de Justiça, nomeio em Comissão de Serviço, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro, a fim de exercer funções na 2.ª Secção Cível deste Tribunal da Relação do Porto, a Escrivã de Direito Maria dos Anjos Rodrigues Mourão Lixa Passarinho, com o n.º mecanográfico 19999, a exercer funções na 1.ª Vara Cível do Porto, 1.ª Secção.

É abonada pelo 3.º escalão, índice 570.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 2009. — O Presidente, *Gonçalo Xavier Silvano.*

4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

Anúncio n.º 1093/2009

Processo n.º 305/08.2TBBRG-H — Prestação de Contas (Administrador)

A Dr.ª Maria da Conceição Barbosa de Carvalho Sampaio, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a/o insolvente Metalúrgica Jobarte, Ld.ª NIF — 502419474, com sede: Lugar do Quinteiro, Gondizalves, Braga, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 do CIRE).

O Prazo é continuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

19 de Janeiro de 2009. — A Juíza de Direito, *Maria da Conceição Barbosa de Carvalho Sampaio*. — O Oficial de Justiça, *Liliana M. A. S. S. Fernandes.*

301253501

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE FAFE

Anúncio n.º 1094/2009

Prestação de contas administrador (CIRE) n.º 1409/08.7TBFAF-C

Insolvente: Fafeluz — Electrod. e Material Electrico, Lda

O Dr. Sérgio Afonso C. Pimentel, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e o insolvente Fafeluz — Electrodomésticos e Material Electrico, Lda, NIF — 501146512, Endereço: Rua Ferreira de Castro, n.º 68, Fafe, 4820- Fafe, notificados para no prazo de 05 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 CIRE).

O prazo é continuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

30 de Janeiro de 2009. — O Juiz de Direito, *Sérgio Afonso C. Pimentel.* — O Oficial de Justiça, *Domingos Monteiro Gonçalves.*

301329261

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio n.º 1095/2009

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência

Processo n.º 5083/08.2TBGMR — Insolvência de pessoa colectiva (requerida)

Requerente: FAMOBANHO — Fábrica de Móveis de Casa de Banho e Cozinhas, L.da

Insolvente: Visão Polar, L.da

No Tribunal Judicial de Guimarães, 2.º Juízo Cível de Guimarães, no dia 22 de Janeiro de 2009, às 10, foi proferida sentença de declaração de insolvência da insolvente: Visao Polar, L.da, número de identificação fiscal 507848845, endereço: R. Principal, 641, Gondar, 4800-000 Guimarães, com sede na morada indicada.

É administrador da insolvente: João Manuel Teixeira Coelho, Gerente, estado civil: casado, número de identificação fiscal 180180479, bilhete de identidade n.º 7753137, endereço: Urb.ª da Igreja, 421 B, Selho S. Cristóvão, 4835-276 Guimarães a quem é fixado domicílio nas moradas indicadas.

Para administrador da insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Dr.ª Paula Peres, endereço: R. Padre Américo, Edif. Marialva, 1.º, J, 3780-236 Anadia.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea *i*) do artigo 36.º CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência dos créditos, data de vencimento, montante de capital e de juros; As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.